

JOÃO GOULART (1918/19776)



João Goulart tornou-se figura relevante no processo político brasileiro pós-Estado Novo pela circunstância de haver ressuscitado a crise de que resultou o suicídio de Vargas, em agosto de 1954. Devido a uma incongruência da legislação eleitoral em vigor, candidato a Vice-Presidente numa chapa contrária à vitoriosa (anti-getulista, estruturada pela União Democrática Nacional), diante da renúncia do Presidente eleito (Jânio Quadros) o poder acabaria lhe sendo entregue, como forma de evitar que o desdobramento da crise em curso levasse o país à guerra civil. Despreparado para o cumprimento dos grandes desafios que o país tinha pela frente --debelar o processo inflacionário; dar continuidade ao projeto de industrialização em curso; assegurar a pacificação política do país, valendo-se da atenuação de seus efeitos alcançada pelo governo anterior (Kubitscheck); etc.--, acabaria sendo deposto.

Na década de cinqüenta, a classe política resignara-se à aceitação da ingerência militar na política --limitada entretanto à simples tutela, expressa sobretudo na época da eleição presidencial. Do movimento, de grandes proporções, em prol da deposição de Goulart iria resultar, entretanto, que os militares, ao invés de aterem-se ao comportamento registrado nos sucessivos golpes que patrocinaram, nos anos cinqüenta, não se circunscrevessem a garantir ou obstar a posse desse ou daquele Presidente. Desta vez (março, 1964) iriam assumir diretamente o poder, nele permanecendo por longos vinte anos.

Do que precede verifica-se que a presença de João Goulart no cenário político do país esteve longe de tornar-se construtiva. Contudo, sem considerar a sua presença é impossível compreender o ressurgimento (agravada) da divisão do país entre getulistas e anti-getulistas, antes caracterizada, e do inusitado desfecho apontado.

Até a deposição de Vargas (novembro, 1945), João Goulart, então com pouco menos de trinta anos, não revelara maior interesse pela política. Estanceiro bem sucedido, revelou-se bom

administrador da herança recebida (propriedade de 14 mil hectares, com 30 mil cabeças de gado). Acontece que a fazenda da família Goulart situava-se na vizinhança da possuída pela família Vargas, no município de São Borja (Rio Grande do Sul). No exílio voluntário a que Vargas se submeteu (apareceu episodicamente na Constituinte, em 1946, eleito que fora senador), Vargas isolou-se na propriedade em São Borja desde 1947. Goulart passa desde então a ser o seu assíduo freqüentador e progressivamente incumbido de representar a Vargas, no plano nacional, em momentos destacados.

No curso da abertura política de 1945, Vargas impulsionara a criação de duas agremiações políticas: o Partido Social Democrático (PSD), integrado por seus auxiliares mais próximos, a exemplo dos interventores nos governos estaduais, e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), no qual aspirava explorar a condição de “pai dos pobres” que mandara cultivar durante o Estado Novo. Desde o seu exílio em São Borja, Vargas iria preparar Goulart para assumir a direção do PTB. Começaria como presidente do diretório do PTB gaúcho. Nessa condição, coube-lhe lançar a candidatura de Vargas à presidência no pleito de 1950. Emergiria como um dos principais coordenadores de sua campanha eleitoral.

João Goulart seria recebido com desconfiança pela imprensa nacional de um modo geral e não apenas de parte daquela que tradicionalmente opunha-se a Vargas. Era apontado como simpatizante do peronismo e partidário da transformação do Brasil numa república sindicalista, isto é, numa forma de governo na qual os sindicatos teriam uma projeção equivalente ou superior aos partidos políticos. De sorte que, ao assumir a presidência nacional do PTB, no início de 1952, ao tempo em que tinha mandato de deputado federal, não encontraria qualquer respaldo de parte das lideranças tradicionais e da imprensa na capital Federal.

Assim, quando Vargas o nomeou Ministro do Trabalho, em junho de 1953, iria desde logo encontrar ambiente hostil nos meios políticos. Entretanto, conseguiria reaproximar o governo do movimento sindical. Ao atrelar os sindicatos ao Estado, Vargas sempre encontrara ali o mais livre trânsito. Contudo, no início dos anos cinquenta, como a inflação já se fazia presente com grande força, deteriorando com rapidez o poder aquisitivo dos salários, começam a estourar greves sucessivas. O ocupante do posto revelava não saber lidar com a situação. Em contrapartida, Goulart iria revelar-se hábil negociador, ajudado talvez pelo fato de que, no fundo, sua mentalidade não se diferenciava grandemente do tipo de líder sindical surgido no país sob Vargas, isto é, ocupante de cargos em instituições sustentadas por impostos.

Na condição de Ministro do Trabalho, Goulart torna-se um líder do sindicalismo (dizia-se que atuava como “Ministro dos Trabalhadores”). Lograria enorme projeção nesses meios ao

conseguir que o governo aumentasse em cem por cento o valor do salário mínimo no exercício de 1954, apesar de que Vargas tivera que afastá-lo do cargo, pouco antes.

O incidente do afastamento de Goulart do Ministério deve ser examinado de per si, à vista do fato de que atribuiu uma nova feição ao getulismo. Embora não tenha sido citado diretamente, em fevereiro de 1954 um grupo de coronéis do Exército lançou um manifesto no qual acusam o governo de constituir uma ameaça à “coesão da classe militar, deixando-a inerte às manobras divisionistas dos eternos promotores da desordem e usufrutuários da intranquilidade pública.” Na prática, o grupo em apreço insurgia-se contra a vinculação das Forças Armadas a determinada facção política, o que de fato ocorrera desde a derrubada de Vargas. O que não estava claro é que a pretensão consistia numa inferência deste tipo: já que o Exército deve tutelar a política, poderia fazê-lo a partir de programa próprio que não ameaçasse a sua coesão. A inferência é legítima na medida em que, entre os coronéis encontravam-se alguns dos que se tornaram os principais articuladores de 1964: Golbery do Couto e Silva Jurandir Mamede, Amauri Krueel, entre outros, justamente os que vinham organizando a Escola Superior de Guerra que, sob os governos militares, iria dedicar-se a temas relacionados à modernização do país.

O manifesto inseria também as reivindicações salariais dos militares, argumentando que a política de elevação unilateral do salário mínimo levava a equiparação da remuneração do oficialato àquela de que passaria a dispor qualquer trabalhador sem maiores qualificações.

Na sua passagem pelo governo, Goulart ganhara igualmente a fama de valer-se do controle dos institutos da previdência social para distribuir cargos entre os seus apaniguados, de que resultara a disseminação da corrupção. O certo é que, data dessa época o progressivo abandono do sistema previdenciário da tentativa de formar um patrimônio que lhe permitisse, quando se apresentasse tal necessidade, atender aos compromissos com as aposentadorias graças a rendas auferidas daqueles investimentos.. Na verdade, quando tal ocorreu o que se introduziu foi a prática de atender àqueles encargos com os recursos provenientes das contribuições. Estavam lançadas as premissas para o déficit do sistema, que se tornaria crônico com o passar do tempo.

Em resumo, desde a época da crise de que resultaria o suicídio de Vargas, Goulart passa a ser identificado com aspectos odiosos que não estavam presentes no getulismo tradicional (temido sobretudo por sua vocação ditatorial), a saber: alteração na forma de governo para transformar o Brasil numa república sindicalista, corrupção e desinteresse pela modernização do país na linha que o próprio Vargas chegara a institucionalizar.

De modo que, quando em agosto de 1961 a Nação deparou-se com a renúncia de Jânio Quadros, as Forças Armadas recusaram-se a dar posse a Goulart, eleito que fora Vice-Presidente. Acontece que o governo do Rio Grande do Sul encontrava-se em mãos de um prócer trabalhista (Leonel Brizola) que se dispôs a resistir, contando com o apoio de parte da guarnição federal e com a disciplinada tropa da Brigada Militar (polícia militar estadual). O risco de uma guerra civil tornara-se muito grande, sendo imprevisível a forma pela qual poderia terminar.

Engendra-se no Congresso uma fórmula conciliatória: posse de Goulart mas retirando-lhe os tradicionais poderes da Presidência, mediante a instauração do parlamentarismo. O que se esperava é que, no novo arranjo, revelasse o bom senso necessário para desarmar as prevenções que contra a sua pessoa estavam enraizadas no país. Lamentavelmente, Goulart desprezou a oportunidade.

Na condição de Primeiro Ministro, coube a Tancredo Neves, empossado em setembro de 1961, a incumbência de formar o primeiro governo do novo sistema. Considerado um hábil negociador, estruturou uma ampla coalizão, conseguindo incluir no Ministério até membros da UDN, razão pela qual seria denominado de “governo de união nacional”. A pasta da Fazenda foi entregue a conhecido banqueiro (Moreira Sales) que logo organizou uma viagem do Presidente aos Estados Unidos. Tratava-se de eliminar o contencioso criado pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, ao encampar os bens da companhia telefônica local, subsidiária da norte-americana ITT, bem como de convencer o FMI da disposição governamental de empreender um programa austero de combate à inflação. A iniciativa foi coroada de êxito.

Ainda assim, no primeiro de maio de 1962, Goulart revelaria suas verdadeiras intenções. Indicou que iria solicitar ao Congresso poderes especiais para empreender reformas e, ao mesmo tempo, antecipar a realização do plebiscito. A pretexto de que precisaria preparar-se para as eleições parlamentares do próximo mês de outubro, em junho todo o ministério renunciou. O incidente da sua substituição serviu para marcar o início do seu progressivo isolamento.

O Congresso aprovou a indicação do seu presidente, senador Auro de Moura Andrade. Presumivelmente instigados por Goulart, os sindicatos, agora contando com uma entidade única, a CGT (criada e tolerada ao arrepio da legislação em vigor), convocam uma greve geral para impedir a sua posse. Ainda que o escolhido haja renunciado em face da recusa do Presidente de homologar a escolha que havia efetivado do Ministério, a greve geral teria lugar. Ascende ao poder um prócer trabalhista (Brochado da Rocha). Revelando-se subserviente a Goulart, durou apenas três meses. Nesse ínterim, Goulart conseguiu o apoio de alguns chefes

militares para obter a antecipação do plebiscito. O Congresso acaba cedendo. O plebiscito é convocado para janeiro de 1963. De sua realização iria resultar o fim da experiência parlamentarista. Goulart agora é o Presidente com todos os poderes, que iria desperdiçá-los.

A Constituição condicionava a desapropriação de terras, para fins sociais, à prévia indenização. Embora fosse um grande proprietário de terras, Goulart apoiava o abandono dessa premissa. Tentou obter do Congresso uma lei segundo a qual propriedades agrícolas, superiores a 500 hectares, às margens de rodovias federais, seriam desapropriadas sem cumprimento da exigência legal. Ainda que o Parlamento resistisse, a mensagem estava dada. Ao mesmo tempo, o governo apoiava a reivindicação dos sindicatos de que recebessem o pagamento dos dias de greve, em virtude do que esses movimentos tornaram-se rotina no país, afetando principalmente setores essenciais (bancos, transportes, etc.). No plano externo, o governo ignorava os compromissos assumidos com o FMI no sentido de conter a inflação. Diante desse fato, renuncia ao posto o embaixador do Brasil em Washington (Roberto Campos). Assim, o governo isolava-se completamente do elemento conservador de que seria uma clara demonstração o pedido de demissão do então Ministro da Fazenda (Carvalho Pinto, ex-governador de São Paulo).

Mais grave é que se haja disposto a estimular manifestações de soldados, sargentos e marinheiros, perdendo o apoio de que desfrutava no Exército e na Marinha.

Recorde-se algumas das manifestações daqueles elementos. Houve uma rebelião de sargentos em Brasília que logrou alcançar o completo isolamento da capital; na tentativa de debelar rebelião de marinheiros no Rio de Janeiro, estes passaram a contar com o apoio do Comandante do Corpo de Fuzileiros Navais que Goulart se recusou a reprimir. Disso resultou o pedido de demissão do Ministro da Marinha. Tendo seu substituto mandado prender os revoltosos, o mesmo Comandante dos Fuzileiros os soltou, sendo em seguida anistiados por Goulart. Finalmente, no dia 30 de março de 1964 concordou em comparecer a uma reunião de sargentos no Rio de Janeiro. Esse fato seria interpretado como um sinal e começa a rebelião militar que iria derrubá-lo.

Leve-se em conta que, dado o descalabro que se instaurara no país, defrontando-se as populações com alguma greve para infernizar-lhes a vida, sucediam-se no país as manifestações contra o governo. A maior delas teria lugar a 31 de março diante da notícia de que Goulart fora deposto e exilado.

João Goulart exilou-se no Uruguai. Adquiriu uma fazenda de gado, nas proximidades da fronteira com o Brasil e voltou à condição de estancieiro. Com a abertura política, iniciada em 1964 pelo governo do General Geisel, foram empreendidas demarches em

prol da sua volta ao país. Contudo, faleceria em dezembro de 1976, vítima de ataque cardíaco, sem que a providência se tivesse efetivado. Tinha então 58 anos de idade.

ADENDO – O PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB) E O SISTEMA PARTIDÁRIO NO INTERREGNO DEMOCRÁTICO (1945/1964)

Facultada a liberdade de organização partidária no primeiro semestre de 1945, criaram-se diversas siglas, entre estas o PTB, cuja convenção nacional que o organizou teve lugar em setembro daquele ano. Dizendo logo a que veio, escolheu a Getúlio Vargas como Presidente de honra. O programa então aprovado fazia questão de situá-lo como representante da classe trabalhadora. Além das estritas reivindicações sindicais, recomendava “a planificação econômica, atingindo todos os setores e visando, por meio da orientação, intervenção ou gestão do Estado, que a produção do país atendesse às necessidades internas”. A par disto, “a extinção dos latifúndios improdutivos, assegurando-se possibilidade de posse da terra a todos os que quisessem trabalhá-la.” Como será referido adiante, apesar de que a legislação eleitoral era permissiva e não impunha maiores restrições à organização de agremiações político-partidárias, formaram-se três grandes partidos, entre estes o PTB. Embora recorrendo ao artifício que se indicará, detinham cerca de 80% das cadeiras da Câmara.

A manutenção do princípio da eleição proporcional iria entretanto levar ao extremo fracionamento partidário. A par disto, privado do direito à existência legal, o Partido Comunista popularizaria a consigna de que as eleições se dão para “conscientizar”. Assim, uma parte da Nação iria sendo acostuada à idéia de que o processo democrático deve ser usado para outros fins que não aqueles a que está destinado. Como nessa parcela se incluíam grupos representativos da elite universitária, a intelectualidade ia sendo sucessivamente abastecida de segmentos desinteressados na efetivação de uma crítica construtiva à experiência brasileira do sistema representativo.

Enquanto isso, florescia o fenômeno das alianças de legenda, que parece ter sido inteiramente perdido de vista nas análises posteriores, tanto assim que foi admitido na Constituição de 1988, com o nome de “coligação”.

Esse mecanismo contribuiu para agravar os defeitos e incoerências do sistema, no período considerado como na abertura posterior a 1985. Neste último ciclo, as tentativas de proibir coligações em eleições proporcionais não têm logrado êxito.

O sistema proporcional, adotado pela Carta de 1934 e afinal experimentado após a queda do Estado Novo não se revelou capaz de conduzir a maiorias estáveis mas ao sucessivo fracionamento.

Nesse quadro, a praxe das alianças de legenda levou à acentuação extrema do desfiguramento da representação como bem observou Pompeu de Souza, em artigo publicado na *Revista Brasileira de Estudos Políticos* (Belo Horizonte, janeiro de 1964) a propósito das eleições de 1962:

“Parece-nos, pois, tão faccioso afirmar um incremento de tendência esquerdista no eleitorado, por força da maciça ascensão da bancada do PTB, quanto pretender conclusão oposta, à base do considerável aumento de representação da UDN. Não se pode esquecer que mais de três quartas partes da bancada do PTB e quase três quartos da UDN resultam, não das legendas partidárias de cada um, mas das legendas de alianças, nas quais, muitas vezes, votos petebistas elegeram udenistas e vice-versa. No particular, a única tendência que parece suscetível de afirmação é a da polarização ideológica que vem substituindo a fisionomia tradicional das bancadas pela das frentes parlamentares.”

Nas eleições de 1962, as alianças de legenda tiveram quase cinco milhões de votos, contra cinco milhões e setecentos mil dados diretamente aos quatro maiores partidos. A esse propósito comenta o autor citado: “No pleito de 1962, quase a metade da Câmara dos Deputados se constituiu através das alianças. A gravidade do evento é que estas não se instituía para congregar organizações afins mas para dar curso a simples acordos eleitorais sem maiores conseqüências”. É ainda Pompeu de Souza quem observa:

“Essa a gravidade maior do fenômeno: antes que se houvesse dado oportunidade, aos partidos nacionais improvisados, de conquistarem consistência e tradição, introduziu-se, na sistemática eleitoral do regime, o instrumento da desintegração do que já nascera tão pouco integrado. Introduziu-se uma entidade mortal à unidade e ao próprio organismo dos partidos nacionais, cada vez menos nacionais e até cada vez menos partidos, por força mesmo dessa intromissão: a aliança eleitoral de legendas. Porque o grave de tais alianças é que elas são estritamente eleitorais, ou melhor eleitoreiras: possuem apenas causa, sem produzirem, nunca efeito ou conseqüência. Existem apenas para efeito de registro e apuração eleitorais. Nascem à boca das urnas e morrem à porta das Casas legislativas. Escamoteiam, do mandante, o mandado. Perante o eleitorado, o que existe, para a escolha do mandatário, é a aliança; para as Câmaras, onde o mandato será exercido, só existe o partido. Daí anomalias como estas: na última eleição, o PSD elegeu apenas 79 deputados federais, mas conseguiu uma bancadas de 122; o PTB, elegendando 63, alcançou 109; a UDN, com 55, chegou aos 94; e assim por diante”.

Caminhou-se pois no sentido inverso ao das intenções declaradas. O aprimoramento sucessivo da Justiça Eleitoral, o número crescente de novos eleitores alistados, enfim, o processo eleitoral em seu conjunto não estava a serviço da representação mas de seu desvirtuamento. A polarização autoritária, ao longo de nossa história republicana, atuava em campo livre porquanto não se lhe contrapunha um sistema autenticamente representativo. E mesmo as resultantes do processo eleitoral, isto é, as bancadas parlamentares, acabariam sendo atraídas àquela polaridade. Observa a propósito Afonso Arinos de Melo Franco em estudo publicado na mesma época: “No Brasil, com a liquidação virtual dos partidos, deputados radicais se uniam, em 1963, a toda sorte de organismos espúrios, espontaneamente surgidos à esquerda e à direita: “Frentes”, “Pactos de Unidade”, “Confederações”, “Ligas”, “Associações” (de inferiores militares) e outras siglas de incoerente agitação e inócuas exigências à esquerda; “Ações Democráticas”, “Ibades”, também outras “Ligas”, “Campanhas” (da mulher) e outras siglas à direita.”

No caso particular do PTB, nos cerca de 19 anos em que pode atuar livremente (setembro, 1945/março, 1964) formaram-se nitidamente em seu interior três facções.

No plano nacional, a facção dominante era uma clara expressão do denominado “peleguismo sindical”, isto é, que vivia à sombra do Estado, sequiosa de oportunidades de “negócios” que lhes facultasse enriquecimento ilícito. Goulart entendia-se perfeitamente com essa gente. A partir de sua aproximação ao governo, entregou-lhes a gestão dos institutos de previdência que, na altura, ainda não haviam sido unificados, subdividindo-se segundo as categorias profissionais.

O segundo grupo, que lograria crescente ascendência na organização e no governo, obedecia à orientação do então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Valendo-se da projeção alcançada por ter liderado o movimento pela posse de Goulart, nutria-se de nacionalismo primário, progressivamente radicalizado. Contribuiu grandemente para o isolamento do governo. Aspirava claramente tornar-se uma alternativa para substituir a Goulart no poder.

Por fim, emergiu uma terceira corrente, desejosa de configurar o partido como uma agremiação socialista inspirando-se no trabalhismo inglês. Liderava-a Fernando Ferrari que acabaria afastando-se do PTB. Sua experiência evidenciaria a inexistência no país de ambiente propício à ascendência do socialismo democrático, fenômeno comprovado igualmente por outras destacadas personalidades políticas do período considerado.